



Pensar o Jornalismo enquanto prática sócio-discursiva: uma revisão das perspectivas francófonas¹

Fábio Henrique Pereira²
Universidade de Brasília (UnB)

Resumo:

O artigo faz uma revisão de algumas abordagens teóricas nascidas ou apropriadas por autores países de língua francesa, aplicadas à compreensão do jornalismo e de suas transformações. Serão expostos os conceitos de *campo*, *paradigma*, *formação discursiva* e *fronteira profissional*. Em comum, as perspectivas apresentadas destacam a necessidade de pensar o jornalismo sem cair numa visão essencialista, situando-o como uma prática social e discursiva, como resultado de uma realidade socialmente construída. Com isso, pretende-se abrir espaço para discussão e produção, no meio acadêmico brasileiro e francês, de pesquisas empíricas que levem em conta essas perspectivas.

Palavras-chave: Jornalismo, campo, paradigma, formação discursiva, fronteira profissional.

Résumé

Cette communication fait une révision de quelques ancrages théoriques originaires ou appropriés par les auteurs de pays francophones et qui sont appliqués à la compréhension du journalisme et de ses transformations. Ils seront exposés les concepts de champ; paradigme; formation discursive; frontière professionnelle. Em commun, les perspectives présentées mettent en évidence la besoin de penser le journalisme sans tomber dans une vision essentialiste en le lui définissant comme une pratique social et discursive, comme le résultat d'une réalité socialement construite. Dans ce cas, c'est possible d'insitguer lês chercheurs, dans le milieu univesitaire brésilien et français, à produire des discussions théoriques et des recherches empiriques que prennnent em soin ces perspectives.

Mots-clés: Journalisme; champ; paradigme; formation discursive; frontière professionnelle

Como qualquer fenômeno da sociedade, o jornalismo deve ser entendido como uma prática sócio-discursiva, resultado da processualidade história e das dinâmicas que envolvem os atores vinculados direta ou indiretamente na sua produção. Esse pressuposto, que busca justamente superar pretensões em torno de uma suposta essência ou natureza da atividade jornalística, embora pareça já incorporado a praticamente todas

¹ Trabalho apresentado no IX Colóquio Brasil-França de Ciências da Comunicação.

² Doutor em Comunicação pela Universidade de Brasília, email: fabiop@gmail.com



as abordagens das Ciências Sociais, ainda encontra dificuldades em ser aplicado nos estudos sobre o espaço jornalístico.

Nesse sentido, parece importante um esforço de discussão e sistematização de alguns pressupostos que nos ajudem a compreender um pouco mais sobre as dinâmicas de funcionamento e transformação do jornalismo nas sociedades. Tais dinâmicas permitem justamente entender em que sentido, atores e práticas emergem, se consolidam, se transformam e ocasionalmente desaparecem do jornalismo. E também o modo como eles são sucessivamente considerados como dominantes, marginais ou desviantes, do ponto de vista do universo jornalístico e da sociedade.

É esse o objetivo deste breve ensaio. Nele, faremos uma revisão de algumas abordagens teóricas nascidas ou apropriadas por países de língua francesa e aplicadas à compreensão do jornalismo e de suas transformações. Serão expostos aqui os conceitos de *campo*, *paradigma*, *formação discursiva* e *fronteira profissional*.

Nossas discussões se situam no quadro do *Réseaux d'études sur Le Journalisme* (REJ), um grupo internacional de pesquisa, composto por brasileiros, franceses, canadenses e mexicanos e cujas discussões sobre o “jornalismo em invenção” subsidiam o texto. Com ele, queremos estender o debate iniciado no âmbito do REJ para os pesquisadores brasileiros no campo da Comunicação e Jornalismo.

O conceito de campo

Conceito já consagrado pelos sociólogos, a noção de campo abriu, a partir da década de 90, uma fecunda perspectiva de análise sobre o jornalismo. O criador dessa teoria, Pierre Bourdieu (1966; 1983; 1984; 1989; 1993; 1997; 2001; 2002), não se engajou diretamente em análises empíricas sobre este objeto, sendo o que o único trabalho específico sobre o campo jornalístico foi um pequeno livro-manifesto chamado *Sobre a Televisão* (Bourdieu, 1997). Contudo, o poder explicativo dessa abordagem possibilitou apropriações por um número expressivo de autores que se empenharam em descrever e analisar aspectos ligados aos mecanismos de funcionamento do campo jornalístico, dos quais destacamos: Berguer (1998); Champagne (1993; 2004); Chupin & Nollet (2006); Marchetti (2002); Rieffel, (1984); Lettieri & Saitta, (2006); Santos-Saniz, (2006), entre outros.



Campos, na teoria de Bourdieu (1997; 2002), são espaços sociais definidos por relações de desigualdade e por dinâmicas permanentes de disputa entre agentes. Estes se afrontam em estratégias de acumulação ou monopólio de um tipo específico de capital, destinadas a conservar ou transformar a estrutura do campo. Ao definirem leis próprias de funcionamento, os campos se apresentam como espaços relativamente autônomos, embora sua lógica também seja definida pela posição que ocupam numa estrutura maior de relações de dominação que estabelecem com os outros espaços.

De acordo com essa perspectiva, é impossível analisar o espaço jornalístico sem situá-lo numa rede de dependências com os campos político, econômico e intelectual, cujas lógicas determinam as modalidades de funcionamento dessa atividade. O fato de o jornalismo atual reiterar valores ligados ao profissionalismo, à concorrência e à luta pela audiência evidenciam, na concepção bourdieusiana, um progressivo distanciamento dos mecanismos de dominação do campo político e intelectual em direção à submissão dessa atividade aos constrangimentos econômicos.

As relações de dominação se refletem nas hierarquias verificadas no interior do campo jornalístico, ou melhor, nos seus “subcampos” (Marchetti, 2002). De fato, o jornalismo apresenta uma diversidade de mídias (TV, jornal, rádio e Internet), formas de produção (generalista ou especializado) e especialidades (jornalismo científico, econômico, literário), etc. O funcionamento desses segmentos reproduz a estrutura das relações de dominação estabelecidas no âmbito maior do campo. Um jornal sensacionalista, por exemplo, se aproxima dos critérios impostos pelo pólo econômico do jornalismo, enquanto uma revista de cultura oscila em direção ao pólo intelectual.

As dinâmicas que estruturam o campo são reproduzidas no âmbito micro-sociológico, pelos agentes. É possível compreender as possibilidades e as impossibilidades de um jornalista por meio da posição que ele ocupa dentro do campo e do subcampo ao qual ele está imerso. Cada jornalista interioriza as lógicas de funcionamento da sua atividade e orienta as estratégias de manutenção e subversão das suas posições pelo acúmulo de um tipo específico de capital (econômico, político, cultural, social, simbólico, entre outros.).

Esse mecanismo explica a diversidade de posturas e trajetórias observadas no jornalismo (*habitus*), sem que isso resulte necessariamente na perda de identidade ou em uma subversão na estrutura do campo. Mesmo a adoção de uma posição marginal é geralmente prevista pelas leis que regem o campo e apenas reifica suas dinâmicas de



funcionamento. Os jornalistas podem, é claro, rejeitar essas imposições ou negociarem suas margens de manobra e/ou autonomia individual, no interior do campo. Nesse ponto, é possível visualizar algum espaço de mudança social a partir dos agentes, embora a teoria dos campos tenda a enfatizar o peso das estruturas sociais como fator determinante para essas transformações.

Visto dessa forma, o arcabouço teórico bourdieusiano se propõe a estabelecer uma proposta de investigação que pode ser aplicada a instâncias distintas de uma atividade, das transformações macro-sociológicas às práticas individuais. Suas premissas reiteram uma correspondência entre as estruturas mentais e sociais, reproduzida nos diferentes níveis do campo, a partir de relações de dominação. Além disso, o conceito de campo resolve a aparente contradição entre a representação social do espaço jornalístico, que tende a ser considerado como micro-cosmo autônomo e o modo como as diferentes interações entre agentes se materializam em uma diversidade de práticas e carreiras profissionais.

O grande problema desse conceito é o fato de a noção de dominação ser colocada como um *a priori* subjacente a todas as relações analisadas por meio do conceito de campo (Dosse, 2003). Ao cair nesse reducionismo, mesmo que sob uma alegação de operacionalização sociológica, a perspectiva bourdieusiana acaba cometendo simplificações. Vista de cima, a sociedade até pode ser definida por essas diferentes relações de força entre agentes e campos. Da mesma forma, a profissionalização do jornalismo, sem dúvidas, reflete um processo de dominação dessa atividade pelos valores do mercado, como já explicitado por uma vasta literatura (Marcondes Filho, 2000; Marshall, 2003; Moretzsohn, 2002; Ribeiro, 1994). Por outro lado, quando analisados numa escala menor, percebemos como o agente orienta sua trajetória a partir de uma série de motivações que não estão necessariamente associadas à conflitualidade social e à busca por uma posição dominante. Nesse sentido, o conceito parece encontrar um limite, sobretudo quando o olhar do pesquisador se dirige a fenômenos micro-sociológicos.

As mudanças paradigmáticas no jornalismo

O esforço de elaboração de uma teoria específica sobre as mudanças no jornalismo, traduzível em conceitos operacionais, resultou na análise dos *paradigmas*,



desenvolvida pelos pesquisadores canadenses Jean Charron e Jean de Bonville (2004). Sua construção teórica se baseia no método do *tipo ideal* da sociologia weberiana (Weber, 1964). Ele consiste em uma descrição abstrata da realidade, onde se retêm alguns traços julgados típicos ou característicos definidos pelo pesquisador. Ao se concentrarem nos elementos discursivos da prática jornalística, os autores estabelecem uma relação funcional entre a organização social e quatro tipos de jornalismo historicamente adaptados às circunstâncias sociais, a saber:

1. *Jornalismo de transmissão*. Aparece no século XVII. Sua função era transmitir informações das fontes diretamente ao seu público;

2. *Jornalismo de opinião*. Surge no início do século XIX e se coloca a serviço das lutas políticas;

3. *Jornalismo de informação*. Emerge no fim do século XIX e segue o modelo de coleta de notícias sobre a atualidade;

4. *Jornalismo de comunicação*. Aparece nas décadas de 1970/1980 e se caracteriza pela diversificação e pela subordinação da oferta a partir das preferências do público alvo.

Um paradigma possui um caráter organizado e organizador. Ao mesmo tempo em que se constitui em um sistema de regras coerentes, com alto grau de compatibilidade, permite que as mesmas sejam consensualmente utilizadas por todos os participantes. Parte dessas regras é explicitada, por exemplo, em códigos deontológicos e manuais de redação. O essencial, no entanto, é interiorizado durante o cotidiano da prática profissional, a partir dos processos de socialização nas redações e das interações com os outros praticantes. Por isso, o conceito de paradigma comporta não apenas um conteúdo específico, comum a uma coletividade e que engendra um conjunto de crenças, valores e regras, mas também um conteúdo particular aos jornalistas, que se manifesta nas instâncias discursivas e cognitivas.

Charron & Bonville distinguem dois tipos de transformações no jornalismo. A primeira compreende uma miríade de micro-inovações discursivas, que acontecem de forma constante no âmbito da atividade. Visto a partir desse processo de pequenas mudanças, o paradigma evolui lentamente e conserva uma coerência que o torna compreensível para os praticantes. Este tipo de alteração apresentaria certa dificuldade de análise, pois parece imperceptível aos olhos do pesquisador:



O processo poderia ser resumido assim: o uso repetido de uma fórmula implica na imitação, a imitação implica em multiplicação das práticas, a multiplicação das práticas implica em densificação das práticas, a densificação das práticas implica em banalização das práticas. A banalização, por outro lado, provoca a busca por distinção, à qual implica em outras maneiras de cobrir o mesmo domínio. E o ciclo recomeça³ (Charron & Bonville, 2004, p.67-68).

Além desse processo “normal” de transformação, o paradigma está também sujeito a metamorfoses mais profundas nos elementos considerados importantes ou essenciais de cada modelo. Elas seriam verdadeiras mutações ou revoluções paradigmáticas⁴ e viriam acompanhadas de um processo de crise, em que se constata nível elevado de incongruência entre diferentes categorias de objetivos e de regras pertinentes a um modelo. Ao mesmo tempo, verifica-se uma forte tensão cognitiva de um grupo considerável de jornalistas em torno dos elementos que estão em via de se transformarem. Assim, os processos de mutação envolvem alterações de tal amplitude que as regras do discurso jornalístico e o discurso em si não são reconhecíveis quando comparados ao paradigma anterior.

Os autores também situam o jornalismo como uma “prática contingente”. As transformações do paradigma seriam conseqüências de mudanças nas estruturas sociais com as quais a imprensa se relaciona. Vistas dessa forma, as alterações do paradigma jornalístico teriam a mesma amplitude daquelas que afetam as estruturas às quais ele está imerso.

Para os autores, essa inscrição histórica da prática jornalística não deve ser reduzida a um isomorfismo. No lugar do determinismo haveria, na verdade, uma congruência entre o jornalismo e as estruturas sociais em que variáveis intermediárias contaminariam práticas vizinhas situadas em um mesmo contexto espaço-temporal. Existiria uma série de parâmetros constitutivos do paradigma que vão do texto jornalístico à estrutura econômica, passando pela ação dos profissionais, das organizações midiáticas, das fontes de informação, das práticas culturais e valores, elementos que interagem entre si num contexto de transformação. Dessa forma, as hipóteses que relacionam estrutura social e prática específica são complexificadas por essas diferentes instâncias intermediárias.

³ Tradução do autor de: “Le processus pourrait être résumé ainsi: l’usage répété d’une formule implique imitation, l’imitation implique multiplication des pratiques, la multiplication des pratiques implique densification des pratiques, la densification des pratiques implique banalisation des pratiques. La banalisation, en revanche, entraîne la recherche de distinction, laquelle implique d’autres manières de couvrir le même domaine. Et le cycle recommence”.

⁴ A explicação faz referência explícita ao uso do termo de paradigma definido por Thomas Kuhn em KUHN, T. S. A *Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo, Perspectiva, 1975.



Diferente da análise bourdieusiana em que os fundamentos conceituais buscam situar e explicar toda a diversidade de práticas e carreiras que marcam um campo social, a noção de paradigmas prefere se centrar nas características hegemônicas que o definem. Se, por um lado, o conceito é bastante eficiente para desconstruir o que os autores chamam de “quintessência do jornalismo”, existem limites associados à ancoragem teórica adotada, claramente identificada com os estudos funcionalistas.

Ao explicitarem seu posicionamento, Charron e Bonville não ignoram a existência de práticas desviantes do paradigma, dado que o conceito do tipo ideal dedica-se a estabelecer uma abstração que nunca corresponde exatamente à descrição empírica de um fenômeno social. Pelo contrário, os autores tendem a enfatizar que sua hipótese explicativa é válida justamente porque resiste, *apesar* das variações encontradas nos diferentes contextos. Mas, se o paradigma é incapaz (ou não tem interesse) de analisar os desvios, torna-se um conceito não-extensível a objetos marginais que também tangenciam a atividade jornalística. É o caso, por exemplo dos estudos sobre o jornalismo literário ou sobre os jornalistas militantes.

Jornalismo, formação discursiva e dispersão

Mais recentemente, no âmbito do REJ, os semiólogos Roselyne Ringoot & Jean-Michel Utard (2005) propuseram uma interpretação sobre as transformações no jornalismo a partir das definições de “formação discursiva” e “dispersão”, desenvolvidas por Michel Foucault (1969) em sua *Arqueologia do Saber*⁵. Sem necessariamente operacionalizar tais conceitos, os autores propuseram algumas considerações sobre a heterogeneidade como um elemento constitutivo do espaço jornalístico.

A proposta arqueológica de Foucault busca desconstruir as relações “obscuras” que formam os grandes grupamentos discursivos de fronteiras “indecisas” e que manifestam uma “incessante vontade de verdade”, como as ciências, literatura, religião, história e ficção. Foucault deixa de lado o jogo de influências que formam esses saberes e a pretensão de recuperá-los historicamente (porque todos os discursos remetem, em última instância, a uma espécie de “meio silêncio”, a uma origem secreta, irrecuperável)

⁵ Sobre o assunto, ver ainda. FOUCAULT, M. *Les mots et les choses*. Paris: Gallimard, 1966 ; BARONAS, R. R. L. ‘Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade’. SARGENTINI, V & NAVARRO-BARBOSA, P (orgs.). *M. Foucault e os domínios da linguagem*. São Carlos : Claraluz, 2004, pp. 45-62.



para empreender um trabalho de descrição dos elementos que marcam essas “formações discursivas”. A proposta se estabelece em torno de quatro hipóteses – posteriormente retrabalhadas e aprimoradas – em que o autor inicialmente postula a idéia de uma unicidade entre objetos, enunciações, conceitos e estratégias que integram um domínio discursivo. Contudo, a heterogeneidade encontrada na análise de Foucault sugere que o estudo das formações discursivas se dirija para a análise das “regras de dispersão” que definem as relações que esses elementos podem estabelecer entre si e que “abre um campo de opções possíveis e permite arquiteturas diversas e exclusivas umas das outras ao aparecerem lado a lado ou uma depois da outra⁶” (Foucault, 1969, p.88).

Aplicando as noções de formação discursiva e dispersão ao jornalismo, Ringoot & Utard (2005) mostram que o objeto jornalístico, a informação, aparece naturalmente disperso. Ela faz referência a uma infinidade de assuntos (política, esporte, economia). Também, os próprios discursos que buscam delimitar esse objeto – os “valores-notícia” da sociologia anglo-saxã ou as noções de informação veiculada pelos manuais de redação – são incapazes de construir uma definição precisa sobre ele. Tais critérios são, portanto, instáveis, pois evocam um fenômeno em constante mutação. Eles ainda possuem um poder normativo limitado, pois “a noção de informação se transforma ao mesmo tempo em que os discursos que a objetivam e as práticas que a produzem (...) A produção da informação remete a um conjunto de decisões editoriais e organizacionais atravessadas por discursos heterogêneos e por diferentes objetivos⁷” (Ringoot & Utard, 2005, p. 41).

A dispersão aparece ainda na multiplicidade dos atos enunciativos, que variam conforme o tipo de veículo (imprensa escrita, TV, rádio, Internet). No interior do texto jornalístico é possível encontrar ainda uma grande variedade de enunciações (mostrar, contar, explicar, testemunhar, comentar), estabelecidos de acordo com a segmentação profissional (repórter, editorialista, colunista), além das relações com as fontes, com o público e com os valores sociais. “A elasticidade entre o sistema codificado e normativo da enunciação e a apropriação, sempre localizada nos projetos editoriais, fazem da

⁶ Tradução do autor de : “ouvre un champ d’options possibles et permet à des architectures diverses et exclusives les unes et les autres d’apparaître côte à côté ou à tour de rôle”.

⁷ Tradução do autor de: “la notion d’information se transforme en même temps que les discours qui l’objectivent et les pratiques qui la produisent. (...) La production d’information renvoie à un ensemble de décisions éditoriales et organisationnelles traversées par des discours hétérogènes et des objectifs différents”.



enunciação jornalística um processo de permanente movimento⁸” (Ringoot & Utard, 2005, p. 42).

Ringoot & Utard mostram como a dispersão jornalística se materializa ainda num conjunto de conceitos (objetividade, sensacionalismo, utilitarismo) e estratégias. E como essa heterogeneidade constitutiva, ao ser analisada a partir da sua organização (nas regras de dispersão), é que permite distinguir o jornalismo de outros discursos próximos:

Define-se, portanto, a formação discursiva jornalística como um centro de tensão entre ordem e dispersão. Ordem e dispersão das informações, das enunciações, das estratégias. Essa noção de dispersão permite pensar a heterogeneidade do jornalismo como constitutiva e intrínseca (...). Nesta apropriação conceitual, trata-se de considerá-lo como um discurso identificado e identificável, constituído sob a ação de fatores e de atores heterogêneos⁹ (Ringoot e Utard, 2005, p. 42-43).

Se o jornalismo não pode ser identificado por um elemento específico, Ringoot & Utard chegam à conclusão de que é preciso escapar à visão essencialista, emitida de dentro do meio sócio-profissional, para situar essa formação dentro de um interdiscurso. Para os autores, objetos, enunciações, conceitos e estratégias jornalísticas podem (e são) partilhados por outros grupamentos discursivos que também participam e estruturam esse espaço. Logo, nossa compreensão sobre essa análise aponta para uma concepção do jornalismo a partir de duas dimensões. Primeiro, pela disposição dos elementos no interior da formação, a partir das regras de dispersão. Segundo, pela maneira como as relações que outros espaços estabelecem com esses elementos atribuem, por oposição, analogia ou complementariedade, uma especificidade ao jornalismo.

A análise proposta por Ringoot & Utard pretende dar uma explicação teórica a um conjunto de constatações sobre as formas de conceber e praticar o jornalismo nos diferentes contextos sociais e históricos. Suas conclusões reiteram, por exemplo, os estudos empíricos feitos por Ruellan (1993) sobre o grupo profissional dos jornalistas. Existe, contudo, certa dificuldade em operacionalizar metodologicamente esses conceitos. Além disso, a apropriação das teorias de Michel Foucault parece apontar

⁸ Tradução do autor de: “L’élasticité entre le système codifié et normatif de l’énonciation, et l’appropriation toujours localisée dans des projets éditoriaux, font de l’énonciation journalistique un processus en mouvement permanent”.

⁹ Tradução do autor de: “On définira donc la formation discursive journalistique comme un foyer de tension entre ordre et dispersion. Ordre et dispersion des informations, des énonciations, des stratégies. Cette notion de dispersion permet de penser l’hétérogénéité du journalisme comme constitutive et intrinsèque (...) Dans cette appropriation conceptuelle, il s’agit de considérer comment un discours identifié et identifiable est constitué sous l’action des facteurs et d’acteurs hétérogènes”.



mais para a necessidade de se recuperar arqueologicamente a formação do jornalismo do que construir um programa de pesquisa empírica para a área.

As análises da sociologia profissional: o conceito de fronteira

A última abordagem exposta neste artigo trata a questão do processo de construção identitária e de gestão do espaço profissional pelo grupo de jornalistas. Nossa revisão tratará do modelo analítico desenvolvido pelo professor francês Denis Ruellan (1992; 1993; 1994; 1997; 2004; 2006) fundamentado e adaptado à perspectiva do interacionismo simbólico norte-americano.

As análises de Ruellan partem de uma crítica aos estudos funcionalistas sobre a sociologia profissional. O funcionalismo postula a existência de um tipo ideal de profissão fundamentado por um conjunto de valores partilhados pela comunidade de trabalho. Por isso, a identidade do jornalista se construiria pelo desempenho de uma função no corpo social, o que se reflete nos discursos de legitimação de uma atividade veiculados pelo grupo profissional (Ruellan, 1993; 1997). Ao se colocarem como representantes do “Quarto Poder” ou mesmo do interesse público, os jornalistas acreditam na idéia de que a sua atividade existe pelo bem da sociedade, que sua extinção causaria um desequilíbrio na ordem social. Essa perspectiva suprime o conflito social e reduz as práticas e a identidade do jornalista à defesa da coletividade e da estrutura social.

Ao mesmo tempo em que se prendem ao discurso de legitimação profissional, esses estudos tendem a analisar a emergência das profissões como resultado de uma trajetória linear e universal¹⁰. Aplicado ao jornalismo, esse tipo de posicionamento possui duas implicações. Pode-se partilhar da idéia de que a relativa abertura desse espaço e a multiplicidade de estatutos que ele engendra remete a um processo de profissionalização incompleto. Nesse caso, o jornalismo não poderia ser considerado

¹⁰ Segundo Wilensky (1964 *apud* Kunczik, 1997), todo processo de profissionalização obedeceria a cinco etapas: I) A transformação de uma atividade em ocupação de tempo integral, em que se começa a definir um campo típico de trabalho; II) Os primeiros indivíduos a possuírem a nova técnica (ou a pertencerem ao movimento que promove essa ocupação) começam a buscar sucessores e a estabelecerem instituições de capacitação profissional (geralmente dentro das universidades); III) Os professores dessa escola e outros ativistas da ocupação se organizam, primeiro em associações locais, depois nacionais, transformando as ocupações existentes e lançando novas ocupações; IV) Somente assim conseguiriam autorização estatal para estabelecerem um monopólio; V) Ao longo desse processo, formulam e sintetizam novos regulamentos e uma “ética formal”.



plenamente uma profissão¹¹. Ou ainda seria possível se prender um grupo restrito de práticas discursivas, sobretudo associadas à produção de noticiário e, assim, excluir grupos e competências tachadas como desviantes ou amadores.

O problema, segundo o autor, é que as profissões não resultam de um processo universal de constituição dos seus territórios profissionais a partir de uma definição rigorosa das formas de acesso, formação e regulação. Na verdade, um estatuto profissional como o do jornalista pode se constituir de forma imperfeita, a identidade social pode parecer imprecisa, sem nitidez¹², e, mesmo assim, o grupo pode existir, ser reconhecido, respeitado ou mesmo invejado (Ruellan, 1992).

A identidade jornalística, nesse caso, não se limita a uma categoria simbólica, derivada de representações dominantes (Ruellan, 1997) ou de uma unidade idêntica, inteira e “sem-costuras” (Hall, 2001). Ela é marcada por heterogeneidades estruturais – o jornalismo nunca foi composto por um grupo homogêneo – e conjunturais – relativas às constantes transformações na identidade (Ruellan, 2006).

Para Ruellan, as profissões se definem a partir de um processo de conquista e de adaptação de um território por um grupo. “As concorrências estruturam os argumentos de exclusão, de marginalização, de alienação: uma parte dos membros do grupo inicial, considerando-se ‘profissionais’, pretende organizar diferentemente o espaço laboral, em seu benefício¹³” (Ruellan, 1997, p.18). Nesse processo, o profissionalismo se constrói em função de imperativos de gestão dos seus interesses e não apenas sobre bases deontológicas, como acontece na visão funcionalista. “A percepção da ação desses grupos e de sua contribuição ao espaço social passa, portanto, pelo estudo desses processos de diferenciação e de seus efeitos. A natureza dos grupos é assim ligada aos seus esforços de distinção¹⁴” (Ruellan, 1997, p.11).

No caso do jornalismo, essa imprecisão serve aos interesses do grupo. Ela oferece capacidades de amálgama, de flexibilidade e de redução dos antagonismos

¹¹ Ruellan faz referência ao processo de profissionalização na França, onde o estatuto de jornalista é atribuído por formas de ingresso ‘frouxas’: a carteira profissional é expedida por uma comissão paritária com representantes dos jornalistas e dos patrões. Os critérios de atribuição dessa carteira são extremamente vagos e sujeito a mudanças de interpretação no decorrer do tempo.

¹² Ruellan utiliza para descrever essa situação a palavra *flo*, sem tradução direta para o português, que em fotografia e remete à idéia de ausência de nitidez.

¹³ Tradução do autor de: “Les concurrences structurent des arguments d’exclusion, de marginalisation, d’aliénation, une partie des membres du groupe initial, se pensant ‘professionnels’, prétend organiser différemment l’espace laborieux, à son profit”.

¹⁴ Tradução do autor de: “La perception de l’action de ces groupes et de leur contribution à l’espace social passe donc par l’étude de ces processus de différenciation et de leurs effets. La nature des groupes est ainsi liée à leur effort de distinction”.



evidentemente eficazes (Ruellan, 1997). As mudanças na profissão e a criação de novas práticas (por exemplo, com a entrada do rádio, da TV e da Internet) estão ligadas a uma negociação permanente que permite redefinir a competência, manter o território e garantir a reprodução social do grupo:

A aura do jornalismo se encontra reforçada pela largura do espectro de suas competências possíveis, o entendimento do seu perfil facilita sua adaptação às evoluções tecnológicas e econômicas, a envergadura do seu território de geometria variável permite gerir os antagonismos nascidos das mudanças¹⁵ (Ruellan, 1997, p. 153).

Para entender o processo de gestão do espaço profissional, Ruellan (1993) empresta da geografia o conceito de *fronteira*. Ela permite entender como a construção do estatuto profissional passa pelo fechamento do território jornalístico, pela exclusão dos amadores, de forma a reservá-lo a uma categoria especial de membros. No caso, pode-se recorrer ao discurso deontológico e de mitificação profissional, de forma a dar uma unicidade à identidade. Isso ajuda a reduzir as incertezas em torno da representação do grupo e possibilita que o jornalista desfrute de um conjunto de garantias institucionais para o exercício da profissão.

A noção de fronteira remete ao fechamento das formas de acesso profissional. Mas ela é também um espaço aberto, a ser permanentemente conquistado, como no processo de ocupação da fronteira agrícola na Amazônia. Aplicada ao jornalismo, ela explica a apropriação de novas atividades decorrentes das inovações tecnológicas e das relações que se estabelece junto a territórios profissionais e sócio-discursivos vizinhos:

O jornalista não é uma profissão fechada, de fronteiras estabelecidas, pelo contrário, ele se move dentro de um espaço de limites fluidos, de práticas mestiças, nas margens de domínios vizinhos que lhe transferem práticas e concepções, e recebem dele em troca: a arte (que se pense na literatura e na fotografia), a pesquisa (em história, em antropologia, domínios por vezes muito próximos do jornalismo por suas práticas e mesmo seus objetivos), a política (através da função editorial da imprensa), a educação (que todo o tempo a imprensa, à sua maneira, assume e reivindica), o saber especializado (a mídia sendo um local privilegiado de confronto de *experts*), a publicidade (a função de apresentação de novos produtos de consumo sempre fez parte do jornalismo¹⁶ (Ruellan, 1994, p.124).

¹⁵ Tradução do autor de: “L’aura du journaliste se trouve renforcée par la larguer du spectre de ses compétences possibles, l’entendue de son profil facilite son adaptation aux évolutions technologiques et économiques, l’envergure de son territoire à géométrie variable permet de gérer les antagonismes nés des changements”.

¹⁶ Tradução do autor de: “Le journaliste n’est pas une activité fermée, aux frontières établies, au contraire, il se meut dans un espace aux limites fluides, aux pratiques métisses, aux marges de domaines voisins qui lui transfèrent des pratiques et des conceptions, et reçoivent de lui échange : l’art (que l’on pense à la littérature et à la photographie), la



Essa base conceitual ajuda, portanto, a desconstruir uma hipótese corrente no meio profissional e acadêmico. Esta descreve a emergência do jornalismo como o desenvolvimento linear de uma atividade que antigamente se confundia com o engajamento político e com a produção literária, mas que buscou se profissionalizar construindo uma competência técnica (a reportagem, o *lead* e a pirâmide invertida). Ruellan, (1994) explica que esse discurso, mais do que a reafirmação de uma suposta evolução da prática jornalística, remete às estratégias do grupo para fechar o mercado de trabalho aos demais atores sociais. Ou seja, o discurso tecnicista tende a legitimar uma maneira única de fazer, ele impõe a idéia de que existe apenas uma maneira de produzir a informação e que, logicamente, os profissionais são seus únicos depositários. O grupo, no entanto, também possui interesse em evocar sua filiação intelectual, a dupla herança – política e literária – que marca a atividade jornalística desde suas origens. Esse duplo pertencimento se materializa em um discurso ambivalente da profissão, que parece oscilar entre o informador-objetivo e o intelectual (Elliot, 1977; Ribeiro, 1994; Ruellan, 1993). Ao mesmo tempo, abre-se a possibilidade para que sejam reconhecidos atores e práticas anteriormente considerados como desviantes da visão funcional pelo fato de partilharem e disputarem atribuições com domínios vizinhos, como a literatura, a política, as ciências sociais, a arte, entre outros.

Considerações Finais

Neste texto, revisamos quatro abordagens teóricas que buscam explicar as dinâmicas de transformação e funcionamento do espaço jornalístico. Com essa breve apresentação procuramos incitar pesquisadores das áreas de Comunicação e Jornalismo a refletir sobre a necessidade de incorporar essa perspectiva aos seus estudos e trabalhar no sentido de desenvolver metodologias e estudos empíricos nessa direção.

recherche (en histoire, en anthropologie, domaines parfois très proches du journalisme par leurs pratiques et mêmes leur objectifs), la politique (à travers la fonction éditoriale de la presse), l'éducation (que tout de temps la presse a, à sa manière, assumé et revendiqué), l'expertise (le media étant un lieu privilégié d'affrontement d'experts) la publicité (la fonction de présentation des produits de consommation nouveaux) a toujours fait partie du journalisme”.



Em comum, as perspectivas apresentadas destacam a necessidade de pensar o jornalismo sem cair numa visão essencialista, situando-o como uma prática social e discursiva, como resultado de uma realidade socialmente construída. Partindo de diferentes pontos de vista, esses estudos se propõem a estudar as tensões subjacentes à atividade jornalística construída a partir de diferentes dialéticas: as relações entre indivíduo e sociedade, entre estrutura e história, entre homogeneidade e heterogeneidade, entre o plano simbólico (das ‘palavras’) e o plano concreto da vida social (das ‘coisas’).

Isso não significa colocar tais estudos num mesmo patamar. Existem assimetrias, divergências e mesmo conflitos entre as perspectivas analisadas em torno do que deve ser observado ou privilegiado no momento em que se decide analisar um fenômeno social. Se a noção de dominação é essencial na sociologia bourdieusiana, porque estrutura todo o funcionamento do campo; para a sociologia funcionalista, a conflitualidade social e as divisões observadas no interior do jornalismo tendem desaparecer ou ser marginalizadas enquanto objetos disfuncionais. Essa heterogeneidade, por outro lado, é fundamental para as análises ligadas à noção de formação discursiva e fronteira, embora utilizem perspectivas distintas: enquanto a primeira se centra no discurso, a segunda privilegia as interações entre os atores sociais.

Ora, a diversidade de abordagens, longe de ser prejudicial ao desenvolvimento dessa disciplina, nos parece bastante profícua, na medida em que permite escolher e adaptar a diferentes teorias aos objetos de estudo nos campos de Comunicação e Jornalismo. Trata-se, portanto, de um desafio que pode ser enfrentado de forma conjunta por pesquisadores brasileiros e franceses do campo da Comunicação

Referências

BARONAS, R. R. L. ‘Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade’. SARGENTINI, V & NAVARRO-BARBOSA, P (orgs.). **M. Foucault e os domínios da linguagem**. São Carlos : Claraluz, 2004, pp. 45-62.

BERGUER, C. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Editora da Universidade/ UFRGS, 1998.

BOURDIEU, P. ‘Champ intellectuel et projet créateur’. **Les temps modernes**, 246, 1966, pp. 865-906.

_____. ‘O campo científico’. In: *ORTIS*, R. (org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, pp. 122-155.



- _____. **Homo academicus**. Paris: Éditions de Minuit, 1984;
- _____. **La Noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.
- _____. **Les règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire**. Paris: Éditions du Seuil, 1992.
- _____. 'À propos de la famille comme catégorie réalisée'. **ARSS**, Numéro: 100. Décembre 1993
- _____. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997.
- _____. **Meditações Pascalinas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. **Quéstions de sociologie**. Paris : Les Editions de Minuit, 2002.
- CHAMPAGNE, P. 'La vision médiatique'. In: BOURDIEU, P. (org). **La misère du monde**. Paris: Éditions du Seuil, 1993, pp. 95-123.
- _____. 'Sur la télévision'. In :CHAMPAGNE P. CHARTIER, R. **Pierre Bourdieu et les médias. Rencontres Ina/Sorbonne**. Paris: L'Harmattan: 2004, pp. 43-51.
- CHARRON, J. & BONVILLE, J. 'Typologie historique des pratiques journalistiques'. In : BRIN, C.; CHARRON, J. & BONVILLE, J. (orgs.). **Nature et transformation du journalisme. Théories et recherches empiriques**. Québec: Les Presses de L'Université Laval, 2004, pp.141-217
- CHUPIN, I. & NOLLET, J. 'Jalons pour une sociologie historique des interdependences du journalisme a d'autres univers sociaux'. In : CHUPIN, I. & NOLLET, J. (orgs.) **Journalisme et dépendances**. Paris, Harmattan, 2006, pp. 15-36.
- DOSSE, F. **La marche des idées. Histoire des intellectuels – Histoire intellectuel**. Paris: la Découverte, 2003
- ELLIOTT, P. 'Media Organizations and Occupations: an overview' in CURRAN, James; GUREVITCH, M. & WOOLLACOTT J. **Mass Communication and Society**. Londres, Edward Arnold, 1977, pp. 142-173.
- FOUCAULT, M. **Les mots et les choses**. Paris: Gallimard, 1966.
- _____. **L'Archéologie du Savoir**. Paris, Gallimard, 1969.
- HALL, S. 'Quem precisa de identidade?' In: SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 103-133.
- HALLIN, D. 'Comercialidad y profesionalismo en los medios periodísticos estadounidenses' **Cuadernos de Información y Comunicación (CIC Digital)** n° 3, 1996, acessado em 11/07/2003. <<http://www.ucm.es/info/per3/cic/cic3ar13.htm>>.
- JANOWITZ, M., 'The journalistic profession and the mass media'. In: BEM-DAVID, J. & CLARK, T. (orgs.). **Culture and its Creators**. Chicago: University of Chicago Press, 1977, pp. 72-96.



- KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- KUNCSIK, M.. **Conceitos de jornalismo: Norte e Sul**. São Paulo: Edusp, 1997.
- LETTIERI, C. & SAITTA, E. 'Identité journalistiques à l'intersection des champs politique et intellectuel. Une comparaison France/Italie'. In: CHUPIN, I. & NOLLET, J. (orgs.) **Journalisme et dépendances**. Paris : Ed. 'Harmattan, 2006, pp. 61-83
- MARCHETTI, D. 'Les sous-champs spécialisés du journalisme'. **Réseaux**, 111, Paris: Hermès-Lavoisier, 2002, pp. 21-56.
- MARCONDES FILHO, C. **Comunicação & Jornalismo. A Saga dos Cães Perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.
- MARSHALL, L. **O jornalismo na era da publicidade**. São Paulo: Summus, 2003.
- MORETSZHON, S. **Jornalismo em “tempo real”: o fetiche da velocidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- RIBEIRO, J. C. **Sempre Alerta – condições e contradições do trabalho jornalístico**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RIEFFEL, R. **L'élite des journalistes**. Paris: PUF, 1984.
- RINGOOT, R. & UTARD, J.-M. 'Genres journalistiques et “dispersion” du journalisme'. In: RINGOOT, R. e UTARD, J.-M. (orgs.). **Le journalisme en invention. Nouvelles pratiques, nouveaux acteurs**. Rennes : PUF, 2005 pp. 21-47.
- RUELLAN, D. 'Le professionnalisme du flou'. **Reseaux**, 51. Paris: Cnet, 1992, pp. 25-37
- _____. **Le Professionnalisme du Flou. Identité et savoir-faire des journalistes français**. Grenoble: PUG, 1993.
- _____. 'Las fronteras d'une vocation' in LACAN J-F.; PALMER M. & RUELLAN, D. **Les journalistes: Stars, scribes et scribouillards**. Paris: Syros, 1994.
- _____. **Les pro du journalisme. De l'état au statut, la construction d'un espace professionnel** Rennes: PUR, 1997.
- _____. 'A roupa justa do jornalista: O estatuto profissional à prova da jurisprudência'. **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Compós)**. São Bernardo, 2004.
- _____. 'A pesquisa em jornalismo e o interesse público: pensar o corte e a costura'. **IV Encontro Nacional de Pesquisadores de Jornalismo**. Porto Alegre, 2006.
- SANTOS-SANIZ, M. **L'élite journalistique et son pouvoir**. Paris: Editions Apogée, 2006.
- WEBER, M. **Economía y Sociedad: Esbozo de Sociología Comprensiva**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1964.